

## PREFÁCIO

Segue-se, neste número, em um ano muito difícil na vida das pessoas, em razão da pandemia de COVID-19, o modelo inaugurado pela revista em 2015, quando passou a ser publicada de forma on-line, passando a implantar sistemas de avaliação cega e demais requisitos sugeridos para que a produção intelectual circule de forma isenta e aberta, venha ela de Pelotas, do Rio Grande do Sul, do Brasil ou de outros lugares do mundo.

O motivo que fundamenta tal movimento é manter a revista em um patamar de importância condizente com sua história e com a posição da Faculdade de Direito da UFPel, umas das mais antigas e tradicionais do Brasil, como um dos principais centros de ensino e pesquisa em Direito no Brasil.

Claro, o maior desafio de um periódico para respeitar as regras estabelecidas pelo Ministério da Educação, por meio da CAPES e especialmente do QUALIS, para implantar esses sistemas e métodos, é encontrar um corpo qualificado de avaliadores. Nesse sentido, a revista já está solidificada com a participação de uma grande quantidade de avaliadores de todo o Brasil, que permitiram a avaliação dos artigos submetidos no edital.

Aos avaliadores, expressamos nosso agradecimento, pois seu papel indispensável viabiliza um periódico atuando com parâmetros tão sérios de publicação.

Agradecemos também, especialmente, a Pablo Alan Jenison Silva, Pedro Marques, Sthefany Vasconcellos Geyer e Victor Ribeiro da Costa, todos egressos do Mestrado em Direito do Programa de Pós-graduação *stricto sensu* desta Faculdade, que auxiliaram na formatação e revisão dos textos para publicação.

No presente número, foi aberto edital, que circulou por todo o Brasil e exterior.

Como uma concretização de todas as propostas acima, é trazido um convidado e quinze artigos submetidos pelo edital. O número cumpre a indicação do QUALIS e garante que pesquisas de grande relevo possam ser trazidas à publicação ao mesmo tempo em que prepondere a disputa aberta pelos espaços. Dos artigos convidados, o primeiro é “Redes, Favelas E Arranha-Céus. As Transformações Físicas e o

Planejamento nas Regiões Metropolitanas”, de Horacio Capel, professor emérito da Universidade de Barcelona (Espanha), onde obteve seu doutorado em *Filosofia y Letras*, na *Sección de Geografía*.

Dentre os artigos selecionados por edital e que passaram por dupla avaliação cega, temos “A juventude e o trabalho decente no Brasil”, de Márcia Regina Castro Barroso, doutora em sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com período sanduíche na Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS-Paris), atualmente pós-doutoranda em sociologia (FAPERJ-PPGSA-IFCS-UFRJ), “Flexibilização de direitos pela via do negociado sobre o legislado”, Bárbara Barbosa Fernandes e Christianne Moreira Moraes Gurgel, ambas mestrandas em direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), “A empresa em crise: por uma minoração das informações assimétricas na lei”, de Henrique Avelino Lana, doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), e Eduardo Goulart Pimenta, doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), “O laudo pericial cinético-funcional na justiça do trabalho”, de Gillian Santana de Carvalho Mendes, doutora em direito pelo Centro Universitário de Brasília (UNICEUB), e Lélío Jairo Martins Guimarães, especialista em fisioterapia traumato-ortopédica funcional pela Associação Brasileira de Fisioterapia Traumato-Ortopédica (ABRAFITO) e graduado em fisioterapia pelo Centro Universitário UNINOVAFAPI, “Da dissonância do sistema processual” de Danilo Henrique Nunes, doutorando e mestre em direito pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), Jeferson Lopes Ferreira, especialista e graduado em direito pela Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos (UNIFEB), e Rafael Catani Lima, mestre em direito pela Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), “Blockchain, contratos e tomada de decisões”, de Eduardo Goulart Pimenta, doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), “Inventário e partilha extrajudiciais: testamento, incapazes, fundações e questões correlatas”, de Helena Refosco, doutora em direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), Antonio Carlos Alves Braga Junior, Juiz Substituto em Segundo Grau no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), e Priscila Agapito, graduada em direito pela Universidade Católica de Santos (UNISANTOS), “As Famílias na Ciência Jurídica do Século XXI: Aspectos sob o enfoque do direito civil-constitucional”, de Ricardo Cavedon, doutorando em direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e mestre em direito pela Pontifícia

Universidade Católica do Paraná (PUCPR), “Direito à saúde, escassez e ineficácia da administração pública: caminhos para a judicialização administrativa em Moçambique”, de Arménio Alberto Rodrigues Da Roda, doutorando e mestre em direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e graduado em direito pela Universidade Zambeze (UNIZAMEZE), Moçambique, “A incorporação da dimensão ambiental da sustentabilidade no contexto da gestão de recursos humanos”, de Aleksandra Matilde Resende Rosa, mestree em Sustentabilidade Socioeconômica e Ambiental pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), e Deilton Ribeiro Brasil, doutor em direito pela Universidade Gama Filho (UGF), “Violência lesbofóbica e interseccionalidade: reflexões críticas sobre a ideia de criminalização”, de Francisco de Assis de França Junior, doutorando e mestre em direito pela Universidade de Coimbra (Portugal), Else Freire de Castro Amorim, especialista em Política e Gestão em Segurança Pública pela Faculdade Estácio de Alagoas e graduada em direito pelo Centro Universitário CESMAC, e Mirna Ludmila Lopes Castanha de Souza, especialista em Direito Constitucional e Administrativo e graduada em direito pelo Centro Universitário CESMAC, “Paralelo entre as soluções negociadas na esfera penal: mediação x suspensão provisória do processo no ordenamento jurídico português”, de Gislaine Rosália Migliati, mestranda em Direito Judiciário pela Universidade do Minho (Portugal), e graduada em direito pela Universidade Católica de Santos (UNISANTOS), “A efetividade das medidas coercitivas e a possibilidade de decretação da prisão”, de Lisiane Beatriz Wickert, Mestre em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), e Erni Bernkopf, graduando em direito pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), “O whistleblowing como instrumento de combate à corrupção - uma análise à luz dos princípios do regime democrático”, de Luiza Pessoa Oliveira de Souza, mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e graduada em direito pelo Centro Universitário do Pará (CESUPA), e “A teoria da cegueira deliberada no direito brasileiro”, de Stella Aguiar Barbosa, especialista em direito do trabalho pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e graduada em Direito pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel), e Luiza Silveira da Silva, especialista em direito público pela Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP) e graduada em direito pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel).

Por tudo, desejamos aos leitores uma boa experiência e agradecemos aos diversos responsáveis pelo esforço que foi essa publicação.

Pelotas, outubro de 2020.

Prof. Dr. Gustavo Castagna Machado

Editor-chefe

Prof. Dr. Guilherme Camargo Massau

Editor-Adjunto